



(I)A revogação das medidas cautelares aplicadas por meio do Despacho SERES/MEC nº 249, de 2011, restituindo as 80 (oitenta) vagas anuais e a prerrogativa de autonomia em relação ao curso de graduação, bacharelado em Fisioterapia (cód. 58453), ofertado no município do Rio de Janeiro - RJ, pelo CENTRO UNIVERSITÁRIO CELSO LISBOA - UCL (cód. 522).

(II)O arquivamento do Processo MEC nº 23000.017918/2011-54, com fundamento expresse no art. 52 do Decreto nº 5.773, de 2006.

(III)A manutenção do trâmite do Processo e-MEC nº 201406778, para a renovação do reconhecimento do curso, vedados o cancelamento ou arquivamento.

(IV)A notificação da Instituição do teor da decisão, por meio eletrônico, pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC, conforme disposto no art. 1º da Portaria Normativa MEC nº 40, de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 63, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2017

Estabelece limite para interposição de recurso de ofício pelas Turmas de Julgamento das Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ).

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e tendo em vista o disposto no inciso I do art. 34 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, resolve:

Art. 1º O Presidente de Turma de Julgamento da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ) recorrerá de ofício sempre que a decisão exonerar sujeito passivo do pagamento de tributo e encargos de multa, em valor total superior a R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais).

§ 1º O valor da exoneração deverá ser verificado por processo.

§ 2º Aplica-se o disposto no caput quando a decisão excluir sujeito passivo da lide, ainda que mantida a totalidade da exigência do crédito tributário.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 3º Fica revogada a Portaria MF nº 3, de 3 de janeiro de 2008.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHOS DO SECRETÁRIO EXECUTIVO

Em 9 DE fevereiro de 2017

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF.

Nº 22 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:

1. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do sul - PRS

| EMPRESA DESENVOLVEDORA | CNPJ | ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO |
|-------------------------|--------------------|---|
| Server Informática Ltda | 88.630.413/0001-09 | Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: PRS0012017, nome:Business Shop, versão: 4.80.0, código MD-5: 7456d01ef0f5dbbaf9661f8795b35e33 *Caixa |

2. Instituto Filadélfia de Londrina - IFL

| EMPRESA DESENVOLVEDORA | CNPJ | ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO |
|--------------------------------|--------------------|--|
| Supridata Teleinformática Ltda | 03.675.332/0001-64 | Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: IFL0102015Rn01, nome:Supridata PAF- ECF, versão:2.0, código MD-5: 0b8bb7c2668364e9e6005d070c9daaea |

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF.

Nº 23 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais não consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:

1. Escola Politécnica de Minas Gerais - POLIMIG

| EMPRESA DESENVOLVEDORA | CNPJ | ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO |
|--|--------------------|--|
| VDG Sistemas Informática Ltda | 10.208.526/0001-15 | Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: POL0062017, nome: Prosys, versão: 5.1.3.9, código MD5: DD4FC1F531FDC48DF0A7711EF5454A1A * PROPISTA |
| Gcom - Gestão em Tecnologia de Informação Ltda | 03.057.390/0001-24 | Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: POL0072017, nome: GCOMCLIENT, versão: 3.0.0, código MD5: A02BC569CC89C2F9B75356CAA12EA1DF *GCOMCLIENT |

2. Instituto Filadélfia de Londrina - IFL

| EMPRESA DESENVOLVEDORA | CNPJ | ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO |
|---|--------------------|--|
| Virtual Age Soluções em Tecnologia Ltda | 14.934.661/0001-07 | Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: IFL0332016Rn01, nome: VIRTUAL NOSTOP PDV, versão: 1.2, código MD5: 2272cbefe8118d72afd1ac93bcb912db |

3. FUNDAÇÃO VISCONDE DE CAIRU -FVC

| EMPRESA DESENVOLVEDORA | CNPJ | ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO |
|--|--------------------|---|
| MONTEIRO BRAGA INFORMÁTICA LTDA. | 63.356.000/0001-49 | Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: FVC0022017, nome: DealerNet/FiatNet, versão: 6.4, código MD5: 0dbf262affe093d005a505f63da39bca ecf |
| IMPERIUM SOLUCOES DE ALTA TECNOLOGIA LTDA - ME | 07.112.869/0001-77 | Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: FVC0032017, nome: IMPERIUM FRONT BOX, versão: 2.0, código MD5: 6f6111b565fac6a9a86538264b1125e6 |
| WVA INFORMATICA LTDA - ME | 01.965.166/0001-05 | Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: FVC0672016R2, nome: SAC FOR WINDOWS, versão: 5.5.0.0, código MD5: 4883A883F1DBC3A1C2BE5E2FBBAA0FCB5 WVAPAF |

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
DO BRASIL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
DA 1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
EM GOIÂNIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5,
DE 9 DE FEVEREIRO DE 2017

Declara inscrito no registro especial estabelecimento que realiza operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA - GO, exercendo a atribuição contida no art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e com fundamento em pedido formalizado no processo administrativo nº 10120.720544/2017-35, declara:

Art. 1º Inscrito no Registro Especial, sob o nº UP-01201/292, o estabelecimento identificado abaixo, por realizar operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, na atividade de usuário (UP), enquadrando-o no art. 1º, §1º, inciso II, da mencionada Instrução Normativa.

| | |
|------------------|--|
| Estabelecimento: | COLISEU EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS EIRELI ME |
| CNPJ nº: | 02.019.945/0001-80 |
| Endereço: | Rua São Bartolomeu, Qd 33, Lt 24, Jardim Planalto, Goiânia/GO, CEP 74333-260 |

Art. 2º A pessoa jurídica fica obrigada a entregar a Declaração Especial de Informações Relativas ao Controle do Papel Imune (DIF - Papel Imune), instituída pelo art. 10 da já mencionada Instrução Normativa, nos prazos de que trata a legislação específica.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AURELIANO RIBEIRO DE MATOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6,
DE 9 DE FEVEREIRO DE 2017

Declara excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) de que tratam os art. 12 a 41 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA-GO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 302 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e o art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e considerando o disposto no art. 75 da Resolução nº 94, de 29 de novembro de 2011, do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN), e o apurado no Processo nº 10120.720598/2017-09, declara:

Art. 1º Excluída do Simples Nacional a pessoa jurídica MARINEZ DE SOUSA MOTA - ME, CNPJ Nº 05.727.376/0001-16, em virtude de manter empregados trabalhando sem registro e sem anotar suas Carteiras de Trabalho e Previdência Social - CTPS, infringindo o